

Moreira Matiz



PEC Paralela já está em vigor

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram, em sessão do Congresso Nacional ontem à noite, a PEC Paralela, que restitui aos aposentados do serviço público alguns dos direitos retirados pela reforma da Previdência, em vigor desde dezembro de 2003.

Com a promulgação, volta a vigorar a paridade salarial dos futuros aposentados, que terão direito a reajustes salariais idênticos aos concedidos aos funcionários da ativa. A medida foi considerada justa pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros.

JUSTIÇA Renan preside sessão do Congresso para promulgar emenda que restitui direitos aos servidores

Página 2

COMPRA DE VOTO TERÁ CPI

Investigações abrangem desde segundo mandato para FHC até "mensalão"

General suspendeu apuração nos Correios, afirma depoente

Marcos Valério depõe protegido por *habeas corpus* do Supremo

Célio Azevedo



Célio Azevedo



CONTRADIÇÃO Membros da CPI ouvem depoimento de Jairo Martins (foto à direita): motivos apresentados por ele para gravação nos Correios são diferentes dos expostos por Arthur Wascheck

Páginas 3 a 6

Renan pede aprovação do referendo

Acordo sobre CPI do Mensalão pode viabilizar aprovação do decreto legislativo.

Página 3

Comissão de Orçamento tenta votar hoje a LDO

Embora tenha consenso, aprovação de relatório depende de negociações que correm paralelamente à tramitação da proposta

Página 7

CPI dos Bingos define seu cronograma

Relator prevê convergência de trabalhos entre três CPIs que apuram corrupção.

Página 6



APOIO Paim também celebrou a Nova Central Sindical de Trabalhadores, fundada em junho

Paim comemora aprovação de proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou o Senado ontem pela aprovação da PEC Paralela da Previdência, que foi votada na semana passada (a proposta de emenda constitucional restitui aos servidores públicos benefícios excluídos na reforma previdenciária de 2003).

– Com a PEC, garantimos a integralidade dos vencimentos, a paridade para os aposentados e pensionistas, uma regra de transição e a não-contribuição dos inativos com doenças incapacitantes – explicou.

Paim também registrou seu apoio à Nova Central Sindical de Trabalhadores, fundada em um congresso realizado nos dias 28 e 29 de junho. Segundo esclareceu, essa central é composta por diversas entidades que representam perto de 12 milhões de trabalhadores. Sua principal reivindicação é a manutenção do dispositivo constitucional que determina a existência de um único sindicato profissional por categoria em cada unidade territorial. Outras centrais sindicais reivindicam o fim desse dispositivo. O presidente da central é José Calixto Ramos, que preside a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Promulgada PEC Paralela da Previdência Social

■ Mesas do Senado e da Câmara oficializaram ontem proposta que restitui benefícios de servidores públicos

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram, em sessão do Congresso Nacional realizada na noite de ontem, a chamada proposta de emenda constitucional paralela da Previdência (PEC 77A/03), que restitui aos aposentados do serviço público alguns dos direitos retirados pela reforma da Previdência, em

vigor desde dezembro de 2003. Com a promulgação, dentre outras alterações, volta a vigorar a paridade salarial dos futuros aposentados, que terão direito a reajustes idênticos aos concedidos para os funcionários da ativa.

Para que a PEC Paralela pudesse ser aprovada no Senado, foi necessário um amplo acordo, proposto pelo relator da matéria na Casa, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele propôs que fossem aceitos 14 dos 19 pontos alterados pela Câmara na PEC Paralela. Também sugeriu três modificações no texto. Por esse motivo,

uma nova proposta de emenda constitucional voltará a tramitar na Câmara para tratar especialmente dos subgrupos salariais pagos pelos governos estaduais e prefeituras.

– Essa PEC resgata o legítimo direito de milhares de servidores públicos que ficaram sujeitos a regras de transição depois da aprovação da reforma da Previdência. Eles recuperam a prerrogativa de ter sua aposentadoria reajustada junto com os salários do pessoal da ativa. A aposentadoria integral é mais do que justa – afirmou o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros.



COFRE Flexa Ribeiro denuncia que governo deixa guardados recursos superiores a US\$ 1 bilhão

Flexa Ribeiro diz que governo não utiliza fundo

“Neste momento, R\$ 3,7 bilhões estão simplesmente parados nos cofres do governo, por falta de orientação política”, denunciou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ontem, da tribuna, ao afirmar que o governo federal não utiliza os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). De acordo com o senador, o fundo foi criado após a privatização do setor de telecomunicações brasileiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de complementar o processo de desestatização.

Flexa Ribeiro acrescentou que o Fust foi instituído para minimizar alguns dos efeitos negativos da privatização e para “manter a ação social no campo das telecomunicações”. Entretanto, observou o senador, os recursos do fundo estão paralisados em virtude da ausência de diretrizes governamentais claras.

– Em parte para compor o superávit fiscal, demandado por organismos internacionais, e em parte por pura incapacidade gerencial, o governo deixa guardados recursos superiores a US\$ 1 bilhão – informou.

A privatização das telecomunicações, na avaliação de Flexa Ribeiro, trouxe “resultados excelentes”, como melhoria da qualidade e disponibilidade dos serviços e a modernização do setor. No entanto, destacou que alguns “efeitos adversos” apareceram, como o aumento dos preços ao consumidor. E foi para minimizar tais efeitos, afirmou o parlamentar parense, que o governo passado criou o Fust.

Entre os programas passíveis de financiamento pelo fundo, Flexa Ribeiro citou a informatização de escolas públicas. Mas os recursos, salientou, estão “mofando em algum cofre do governo”. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) solidarizou-se com o pronunciamento.

Agenda

Plenário analisa propostas de emenda à Constituição

A sessão de hoje, às 14h, será destinada à continuação da análise das propostas de emendas constitucionais que estão na pauta do Plenário. Além disso, os senadores podem votar o projeto que dispõe sobre os crimes cometidos na área de informática e suas penalidades (PLC 84/99).



CPI ouve Fernanda e Valério

Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária da agência de publicidade SMP&B, e seu ex-patrão, Marcos Valério, acusado de ser o operador de pagamento de propinas a deputados, prestam depoimento na

CPI dos Correios, a partir das 9h. A CPI dos Bingos, instalada na última semana, reúne-se no mesmo horário para votação de requerimentos e definição dos trabalhos da comissão.

Diretrizes Orçamentárias

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) volta a se reunir às 10h para retomar a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. A votação da LDO pelo Congresso define o início do recesso parlamentar.

Fale com o Senado

O serviço Alô Senado recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas, sugestões e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Senado e Câmara formarão comissão de inquérito para investigar denúncia de pagamento de mesada a deputados; o publicitário Marcos Valério e sua ex-secretária, Fernanda Karina Somaggio, prestarão depoimento hoje na CPI dos Correios

José Cruz/ABr



Wilson Dias/ABr



EMBATE Marcos Valério, acusado de ser operador do "mensalão", e sua ex-secretária, Fernanda Karina, vão depor hoje na CPI dos Correios

Marcos Valério consegue *habeas corpus* no STF

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, sócio das agências de publicidade SMP&B Comunicações e DNA Propaganda, obteve *habeas corpus* preventivo do Supremo Tribunal Federal (STF) para não ser preso durante depoimento que deverá prestar hoje à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Valério foi denunciado pelo deputado Roberto Jefferson de participar de um suposto esquema de pagamento de mesada a parlamentares em troca de votos favoráveis ao governo federal.

A ministra do STF Ellen Gracie foi quem concedeu o instrumento legal que garante a Valério o direito de não ser

preso caso se recuse a prestar informações no depoimento marcado para as 9h. No pedido ao STF, o empresário também solicita o direito de ser tratado como "investigado" pela CPI, o que significa que ele ficará dispensado de assinar o termo de compromisso legal de testemunha. Ele também poderá ser assistido por advogados.

Na reunião de hoje, está previsto ainda o depoimento da ex-secretária de Valério, Fernanda Karina Ramos Somaggio. Ela revelou que funcionários das agências do empresário sacavam altas somas de dinheiro do Banco Rural dias antes de viagens que ele fazia para Brasília. Fernanda insinuou que Valério usava suas empresas para desviar recursos públicos, parte dos quais para o PT.

Criada CPI mista para investigar o "mensalão"

Acordo entre as lideranças das bancada da oposição e do governo permitiu a criação, na noite de ontem, da comissão parlamentar mista de inquérito – CPI do Mensalão –, destinada a investigar, no prazo de 120 dias, as denúncias de suposto pagamento, por dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), a parlamentares do Congresso em troca de apoio ao governo federal. Além disso, o colegiado irá investigar a presumível compra de votos para a aprovação da Emenda Constitucional 16/97, que dispôs sobre a reeleição para cargos do Executivo.

As lideranças partidárias terão 30 dias para indicar os 34 mem-

bros da comissão – 17 senadores e igual número de deputados. Caso as designações não sejam feitas, os integrantes poderão ser nomeados diretamente pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que já anunciou a convocação dos líderes partidários para discutir o assunto.

Oposição e governo disputaram até o último momento o âmbito em que funcionaria a CPI do Mensalão. A bancada governista propunha que a CPI ocorresse apenas na Câmara, uma vez que, naquela Casa, o texto do requerimento de criação abrangia também investigação sobre a compra de votos para a aprovação da emenda que

garantiu a reeleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Já a oposição defendia que a CPI mista, conforme dispunha o requerimento de sua criação, tivesse como fato determinado apenas as denúncias de pagamento de mesadas a deputados na atual legislatura, feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Com o acordo firmado, que fundiu os dois requerimentos e viabilizou uma comissão mista, rompeu-se o impasse que impedia a votação na Câmara, entre outras matérias, do projeto que dispõe sobre a realização do referendo proibindo a venda de armas de fogo no país.



FACTO Acordo entre oposicionistas e governistas permitiu a criação ontem de CPI mista para investigar o "mensalão"

Bord/Diretório Geral/STF



Agaciel: dez anos como diretor-geral

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia (*segundo à direita*), está comemorando dez anos à frente do cargo. A data foi lembrada ontem em uma festa surpresa organizada por diretores e assessores da Casa. O 1º secretário, Efraim Moraes (PFL-PB), ressaltou, durante a comemoração, a importância do trabalho prestado por Agaciel ao Senado nesse período.

Renan apela por aprovação do referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um apelo, na sessão de ontem do Congresso Nacional, para que a Câmara dos Deputados possa votar rapidamente o projeto de decreto legislativo que define a realização do referendo sobre a proibição do comércio de armas no Brasil. De acordo com Renan, a sociedade espera a decisão a respeito do assunto por parte dos parlamentares, o mesmo ocorrendo com o TSE, que estaria aguardando a deliberação para aprovar instruções normativas dispondo, além de

outros assuntos, sobre o recadastramento de eleitores.

Entre os deputados, há a convicção de que a aprovação do referendo, ainda esta semana, tornou-se possível tendo em vista a solução encontrada para o impasse em torno da CPI mista do Mensalão, que trancava a pauta na Câmara. Usaram da palavra para defender o referendo os deputados Raul Jungman (PPS-PE), Renildo Calheirc (PCdoB-PE) e o líder do PS Renato Casagrande (ES).

Conforme dispõe o decreto legislativo, aprovado no Senado, o referendo está previsto para outubro deste ano.





Investigações da Abin nos Correios foram suspensas por ordem do general Jorge Armando Félix, segundo o agente Edgar Lange. O ex-agente Jairo Martins contradiz afirmações do empresário Arthur Wascheck, que teria encomendado a gravação do vídeo

Agente revela que Abin fez investigação nos Correios

O coordenador-geral de operações sistêmicas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Edgar Lange, afirmou ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) que apura denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que entre os dias 5 de abril e 16 de maio, por ordem do diretor Paulo Ramos, seu chefe imediato, investigou um suposto esquema de corrupção na empresa.

No dia 17 de maio, segundo informou, ele interrompeu o trabalho, cumprindo determinação do general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Edgar Lange, apelidado de "Alemão", negou, entretanto, qualquer envolvimento da Abin na gravação da fita que flagrou o funcionário da estatal Maurício Marinho embolsando o que seria um suborno de R\$ 3 mil.

O servidor da Abin, que quer ser chamado de analista de informações e não de "araponga", disse que a agência não investiga, mas "produz conhecimentos de inteligência". Ele revelou que a operação nos Correios foi motivada por denúncia anônima enviada à Abin sobre possí-



RELATO Segundo Edgar Lange, operação foi interrompida por ordem de escalão superior

veis irregularidades na estatal. Segundo relatou, depois de obter a aprovação para implementar o plano de trabalho que elaborou para a operação, que recebeu o carimbo de "secreta", determinou à sua equipe que coletasse todos os dados disponíveis que poderiam ajudar na "produção de conhecimentos de inteligência".

– Isso ocorreu uma semana antes de a revista *Veja* chegar às bancas com a transcrição da fita que acusava Maurício Marinho de envolvimento em um esquema de corrupção. Como não temos autorização para efetuar "grampos", optei

pela única técnica que poderia ser utilizada naquela operação: a entrevista. Consultamos nossas fontes e buscamos pessoas que poderiam nos fornecer dados – informou "Alemão", que esclareceu que o apelido, em vez de ser codinome de agente secreto, deve-se ao fato de sua descendência germânica.

Relatórios

Durante o período em que coordenou a operação nos Correios, narrou Edgar Lange, ele produziu 16 relatórios sobre o caso, todos com classificação de sigilosos. O primeiro teria sido expedido no dia 20 de abril e, o último, em 16 de maio. Nesse dia, lembrou o agente – que atua na área há 29 anos –, recebeu do diretor do departamento do qual é subordinado uma cópia da fita de vídeo com as imagens de Maurício Marinho. Dois dias antes, em um sábado, a revista *Veja* chegara às bancas com a matéria que denunciou a possível rede de corrupção na estatal. Na terça-feira 17, recebeu a ordem de interromper as investigações.

Pedido da Abin para sessão secreta é rejeitado

Os deputados e senadores da CPI dos Correios rejeitaram pedido feito pela Abin para que o depoimento de Edgar Lange fosse em reunião reservada. A justificativa da agência, que encaminhou o ofício nesse sentido, foi a de preservar a identidade do seu agente. Os integrantes da comissão chegaram a cogitar a possibilidade de Edgar prestar declarações vestindo um capuz. O agente preferiu não esconder o rosto durante o depoimento.

Edgar Lange, que insistiu na realização de sessão secreta, citou vários dispositi-

vos legais para mostrar aos parlamentares que estaria impossibilitado, por questões profissionais, de revelar certos detalhes de sua atuação na Abin. Prevaleceu a opinião da maioria dos integrantes da CPI, que defenderam o início do depoimento em reunião aberta, com a possibilidade de se transformar em secreta, caso houvesse necessidade.

Apesar de, em várias ocasiões, o agente ter se recusado a responder determinadas perguntas, a reunião prosseguiu aberta até o seu final. Alguns parlamentares criticaram a decisão do plenário da CPI em

não adotar uma sessão secreta, alegando que a oitiva ficou comprometida em virtude da omissão de Lange em emitir certas informações. Ao final, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu que Edgar permanecesse nas dependências do Senado para aguardar a possibilidade de uma acareação com o depoente seguinte, José Fortuna Neves (ex-agente do antigo Serviço Nacional de Informações), mas sua sugestão foi recusada pelo vice-presidente da CPI, senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e pelo relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).



OITIVA Maguito Vilela (segundo à esquerda), entre Serraglio e Romeu Tuma, dirige reunião em que foi tomado o depoimento de Jairo Martins (D)

Jairo afirma que entregou vídeo por "patriotismo"

O ex-agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Jairo Martins de Souza, afirmou ter sido movido por "espírito jornalístico" quando decidiu entregar ao repórter Policarpo Júnior, da revista *Veja*, a fita de vídeo que flagrou a entrega de R\$ 3 mil ao então chefe de Administração e Compras dos Correios, Maurício Marinho.

No depoimento que prestou ontem à CPI dos Correios, ele apresentou versão diferente da que contou o empresário Arthur Wascheck Neto, mandante confesso da gravação. Ao contrário do que relatou Wascheck, dono da Comercial Alvorada de Manufaturados (Comam), Jairo disse que, desde o início, havia a intenção de repassar o vídeo à imprensa.

– Mas, independentemente da vontade dele, eu publicaria – afirmou Jairo, destacando ter sido motivado por "patriotismo" ao realizar a gravação e ao divulgá-la. Antes do depoimento, Jairo pediu que a

reunião fosse secreta, alegando risco para si e sua família. Os parlamentares, entretanto, decidiram manter a reunião aberta.

Outra contradição entre o depoente e Wascheck foi sobre o equipamento utilizado na gravação. Jairo assinalou que a maleta com a câmera escondida tinha sido comprada em Brasília, na Feira do Paraguai, exclusivamente para o flagrante de Maurício Marinho. Wascheck apresentou a versão de que o material de espionagem era do ex-agente e que teria sido apenas alugado.

Também chamado para depor ontem, Kasser Bittar comunicou à CPI que não poderia comparecer, já que não estava em Brasília. No comando da reunião, o vice-presidente da CPI, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), pediu que a Polícia Federal verifique se a informação é verdadeira. Kasser é obrigado a depor, já que a CPI tem poder de convocação.

Fortuna nega gravação e diz que não conhece Jefferson

Em seu depoimento à CPI dos Correios, o ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) José Santos Fortuna Neves negou qualquer participação no episódio de gravação da fita que flagrou Maurício Marinho recebendo propina. Fortuna foi citado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos responsáveis pela gravação. Jefferson também o acusou de utilizar a fita para chantageá-lo. Fortuna alegou não conhecer o deputado.

As relações de Fortuna com a

ECT, segundo ele, devem-se ao fato de ter participado, através de sua empresa, Atrium, de diversos processos de licitação na estatal. Só no ano passado, de acordo com o ex-agente, foram três concorrências. Em uma delas, para o fornecimento de coletores, a empresa teria se sentido prejudicada, pois, apesar de possuir as melhores condições técnicas e o melhor preço, perdeu a concorrência para a HHP. A Atrium conseguiu anular judicialmente o resultado da licitação.



Azeredo repele notícia de que teria interesse pessoal em restringir apuração; Simon diz que, agora que Lula sabe das denúncias, ele deve agir; Osmar defende completa investigação dos fatos; Alvaro comenta desdobramentos de CPI; Suassuna pede transparência

Azeredo desmente acordo para limitar investigações

O presidente do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG), desmentiu que o partido estaria interessado em fazer acordo com o governo para limitar as investigações da CPI dos Correios, conforme notícias veiculadas no fim de semana.

Azeredo lembrou que basta recapitular a trajetória do PSDB desde 2003 para observar que

o partido "nunca vacilou" em fazer oposição ao governo. Ele reiterou que a agremiação vai manter-se firme na "oposição vigilante e sem concessões" ao Executivo. E recordou que a direção do PSDB já divulgou nota oficial refutando a notícia sobre o acordo.

O parlamentar repudiou, também, versões que sugerem

haver interesse pessoal de sua parte em fazer esse acordo. As insinuações seriam no sentido de buscar proteger-se pelo fato de o Ministério Público ter entrado com ação para investigar suposta irregularidade no período em que governou o seu estado. O episódio envolveria o patrocínio a um evento esportivo, realizado pelas em-

presas estatais mineiras Comig S.A. e Copasa, em 1998.

– Ocorre, porém, que exatamente por ser patrocínio de eventos e não publicidade, o caso em questão não exigia ser licitado nem mesmo ter processo de dispensa de licitação – explicou. Em apertes, ele recebeu a solidariedade de senadores de diversos partidos.



Célio Azeredo

POSTURA PSDB vai continuar fazendo "oposição sem concessões ao governo", afirma Azeredo

Lula precisa dar um rumo ao governo, afirma Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa dar rumo a seu governo. Segundo ele, a reação da população diante da crise política é de "tristeza e mágoa, mas, mesmo assim, há um sentimento positivo, e não destrutivo, nas pessoas".

– Não vejo na sociedade ninguém que não esteja rezando para que o presidente Lula saia dessa. O que se quer é uma ação do governo.

Simon não tem dúvidas quanto à veracidade das denúncias de corrupção, e disse acreditar que o presidente da República não sabia de nada.

– Mas agora ele sabe, e deve agir. É a oportunidade para montar um novo governo, de



J. Freitas

AValiação Para Simon, mesmo com a crise, "há sentimento positivo, e não destrutivo, nas pessoas"

governar para a sociedade – frisou o parlamentar.

"Mágoa geral"

Simon destacou que as insistentes notícias sobre a prática de corrupção no país afetam não apenas o Executivo, mas

também o Congresso, Há, segundo o parlamentar, "uma mágoa generalizada com a classe política".

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) confirmou que Lula está "convidando pessoas para formar novo gabinete". Ele concordou com uma das críticas de Simon – de que Lula estaria tomando essa atitude "atrasadamente" –, e ressaltou que o presidente "sempre aposta nas pessoas que trabalham com ele". Sibá concordou ainda com a opinião de que os citados nas denúncias deveriam se afastar de suas funções.

Simon defendeu a mesma posição, ressaltando que o afastamento, além de não significar "assunção de culpa", permite que o acusado se defenda.

Denúncias não podem parar o país, diz Suassuna

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), em entrevista à imprensa, disse que o Brasil não pode ficar paralisado em decorrência das denúncias de corrupção no governo. Para ele, o temor que a sociedade tem de que surjam novos escândalos pode gerar paralisação do país, com reflexos na economia.

O senador declarou que a posição do seu partido em relação ao trabalho realizado pelas CPIs é que elas tenham firmeza nas investigações, completa transparência em todos os fatos citados e rapidez na tomada de decisão.

Quanto às funções que o PMDB poderá vir a ocupar no governo, o líder explicou que o partido aceita cargos por apoiar a governabilidade. No entanto, disse, os cargos assumidos devem possibilitar a influência do partido nas discussões das políticas.

– Não pedimos cargos, mas se o governo Lula oferece, aceitamos. Mas não podemos entrar num barco que não se sabe qual é o seu destino – afirmou Ney Suassuna.



Roosevelt Pinheiro

EXECUTIVO Ney Suassuna explica que PMDB aceita cargos para apoiar a governabilidade



Célio Azeredo

PREJUÍZO Lentidão de ações penais leva sociedade a pensar que CPI acaba em pizza, lamenta Alvaro Dias

Não cabe às CPIs punir culpados, lembra Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) explicou, durante entrevista que concedeu ontem à imprensa, que os resultados das investigações de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) são encaminhados ao Ministério Público. A esse órgão cabe o aprofundamento das investigações e a eventual responsabilização civil ou criminal dos culpados. Segundo o parlamentar, algumas vezes há lentidão nesse trabalho, o que passa à sociedade uma imagem de que as decisões da CPI não são levadas adiante.

– Pela demora nos desdobramentos dos resultados da CPI, a sociedade fica indignada, pensando que CPI sempre termina em pizza – observou Alvaro Dias.

O senador disse ainda que o papel da CPI é mobilizar a sociedade para que ela convoque permanentemente as autoridades responsáveis pela investigação – no Poder Judiciário, na Polícia Federal e no Ministério Público – a dar resposta às denúncias por ela apuradas.

Osmar anuncia que PDT é contra a reeleição

Osmar Dias (PR) anunciou a postura assumida pelo PDT, em reunião do conselho político, de apoiar o presidente Lula para que conclua seu mandato. O partido se propôs a dar ao presidente a oportunidade de demonstrar que não está envolvido nas denúncias de corrupção, disse. O conselho decidiu, no entanto, não apoiar nenhum projeto de reeleição de Lula. Para Osmar Dias, o instituto da reeleição tem sido a principal causa dos desmandos dos últimos anos.

– Ninguém faz um segundo mandato melhor que o primeiro – observou o senador.

Osmar Dias, que é líder do



J. Freitas

DECISÃO Osmar Dias informa que partido resolveu apoiar Lula para que ele conclua mandato

PDT, relatou que os "radicais" de seu partido queriam votar pura e simplesmente o *impeachment* de Lula, e acrescentou que, neste momento, afirmar que confia no presidente, como

fez Pedro Simon em seu discurso, é ato de coragem. O senador informou que outra decisão do conselho foi a de organizar um ato público no Rio de Janeiro, no dia 28, em favor da apuração das denúncias de corrupção.

O parlamentar disse que é preciso apurar as denúncias e punir os responsáveis, mas também é necessário reafirmar que, na classe política, há pessoas sérias que merecem o respeito da sociedade.

Osmar Dias citou mais uma vez Pedro Simon, cujo discurso coincidia com seu posicionamento, desde o início da crise, de não tirar proveito político da situação.



Ana Júlia sugere Raul Pont para a presidência do PT; Sibá Machado propõe que se forme comissão provisória para dirigir o partido até setembro; Jorge Bornhausen aponta inexperiência do presidente Lula; e CPI dos Bingos examina requerimentos

CPI dos Bingos define cronograma

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos reúne-se hoje, às 9h, para discutir os novos requerimentos encaminhados ao colegiado e definir um cronograma de trabalho. A informação foi dada ontem pelo presidente e pelo relator da CPI, senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), após a realização de reunião técnica com assessores.

– Se a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] for votada, só retomaremos nossos trabalhos na primeira semana de agosto, após o recesso. Caso contrário, funcionaremos normalmente em julho – afirmou Efraim.

A CPI foi criada para investigar a utilização das casas de bingo na lavagem de dinheiro e o envolvimento desse tipo de jogo com o crime organizado. Segundo Efraim, há algumas condições, já acertadas com os partidos de oposição, para



PENDÊNCIA Efraim Morais (C) informa que, se LDO não for aprovada, CPI funcionará normalmente em julho

o funcionamento da comissão. Relatou duas delas: a primeira é não atrapalhar os trabalhos da CPI dos Correios e a segunda, garantir que seja instalada a CPI Mista do Mensalão.

Efraim disse que cinco novos requerimentos, pelo menos, deverão ser analisados hoje pela CPI dos Bingos. Outros quatro foram aprovados em

reunião anterior. Para o presidente da comissão, mais requerimentos são esperados, “porque são muitas as pessoas envolvidas na questão dos bingos”. Ele comentou que tudo isso poderia ter sido evitado.

– Se essa CPI [dos Bingos] tivesse sido instalada há um ano, muito do que está acontecendo hoje no que diz respeito

à corrupção, tanto no Executivo quanto no Legislativo, poderia ter sido evitado – desabafou.

Para Garibaldi, poderá haver uma convergência dos trabalhos das CPIs dos Correios, dos Bingos e do Mensalão, com o cruzamento das informações obtidas pelas três comissões. A reunião será na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Bornhausen aponta retrocessos no governo

Jorge Bornhausen (PFL-SC) analisou os dois anos e meio do governo do presidente Lula e lembrou outros pronunciamentos que fez quando o governo completou cem dias, um ano e um terço do mandato.

– O presidente Lula não poderia governar sem experiência e sem preparação. Desde o começo do governo, alertei que faltava comandante e a tripulação era medíocre – avaliou.

O senador, lembrando discursos anteriores, criticou a política econômica do governo, chamando-a de “neoconservadora” e censurando especialmente os aumentos de impos-

tos. Ele também condenou os projetos sociais do governo, afirmando que o projeto Primeiro Emprego acabou e que o Fome Zero teve resultados frustrantes.

Bornhausen lamentou também o aumento dos gastos públicos, evidenciado, segundo ele, pela criação de muitos ministérios e secretarias especiais, cujos cargos foram distribuídos, segundo critérios somente políticos, aos aliados.

– O PFL não errou em seu diagnóstico. Mas nos surpreendeu a facilidade como a corrupção se generalizou – opinou Bornhausen, referindo-se

às denúncias envolvendo os Correios, o Instituto de Resseguros do Brasil e o chamado “mensalão”.

Para o senador, no atual governo ocorreram vários retrocessos. Ele exemplificou mencionando a oposição de alguns ministros com relação às agências reguladoras, o que, segundo ele, assustou os investidores. Bornhausen também citou a idéia de permitir desapropriação, para fins de reforma agrária, de terras invadidas, possibilidade proibida desde o governo anterior.

Outro erro apontado pelo senador seria a política exter-



AVALIAÇÃO Para Bornhausen, “Lula não poderia governar sem experiência e sem preparação”

na, que “privilegia ditadores” e dificulta as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ana Júlia defende candidatura de Raul Pont

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem o nome de Raul Pont, ex-prefeito de Porto Alegre, para assumir a presidência do PT. Em entrevista concedida pela manhã, ela considerou fundamental a mudança na direção do partido.

– É necessário que o PT possa recompor sua direção executiva para poder enfrentar o processo de denúncias – observou.

Ana Júlia disse ainda que se propõe a ser candidata à presidência do PT no Pará com o objetivo de viabilizar o nome de Raul Pont.

Em relação à proposta de instalação de CPI para investigar denúncias não apenas relativas ao “mensalão”, mas também à compra de votos para aprovação da reeleição no governo Fernando Henrique, a senadora contestou o entendimento de que as apurações de tal comissão seriam “um contragolpe”.

Valadares registra recuperação de Miguel Arraes

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou a melhora do quadro clínico do deputado federal Miguel Arraes, presidente de honra do PSB. Internado há 18 dias na UTI do Hospital Esperança, no Recife (PE), em razão de uma infecção pulmonar, Arraes está se recuperando “a olhos vistos”, informou Valadares.

Para o senador, Arraes sempre demonstrou um “grande amor ao

Brasil” e deu uma contribuição “inestimável” para a recuperação da democracia brasileira. Como governador de Pernambuco, destacou Valadares, ele deu exemplo de “tino administrativo” e trabalhou por uma política de desenvolvimento econômico com prioridade para a área social.

– Começou como deputado estadual e passou por diversos cargos

sem jamais ser atingido pela pecha de desonesto; é um modelo para todos os parlamentares brasileiros – avaliou o senador.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), na presidência da sessão, solidarizou-se, em nome da Mesa do Senado, com o desejo de plena recuperação da saúde de Arraes. Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou as palavras dos dois senadores.



IMPORTÂNCIA Valadares afirma que deputado deu contribuição “inestimável” à democracia

Nome de JK em trecho da BR-020

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que denomina Presidente Juscelino Kubitschek o trecho da Rodovia BR-020 compreendido entre Formosa (GO) e Fortaleza (CE). A idéia inicial da proposta, que teve origem na Câmara (PLC 7/04), era dar o nome do responsável pela criação de Brasília a toda a rodovia, que se estende da capital do país a Fortaleza. Entretanto, a BR-020 já havia sido objeto de iniciativa semelhante, tendo a Lei 10.434/02 dado ao trecho entre Brasília e Formosa a denominação "Rodovia Luiz Carlos Prestes".

A fim de corrigir o problema, foram apresentadas duas emendas, na forma de adendo ao parecer do relator na Comissão de Educação (CE), senador Aelton Freitas (PL-MG), ambas aprovadas. O projeto de lei segue agora à sanção presidencial.

Aberta no governo de JK, a Rodovia BR-020 tem 2.380 quilômetros, no trajeto mais curto de Brasília à capital cearense.

Plenário discute "compulsória"



TETO Maciel quer urgência para votação de emenda aplicável a idade máxima para ministros do STF

A proposta de emenda à Constituição que aumenta de 70 para 75 anos o limite máximo de idade para aposentadoria compulsória de servidores públicos teve ontem sua segunda sessão de discussão em primeiro turno. A proposta (PEC 42/03), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas deverá ser regulamentada por lei complementar para que o novo limite entre em vigor.

Marco Maciel (PFL-PE) pediu que a emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto, definindo que a regra tenha eficácia plena a partir da aprovação da emenda constitucional, seja aprovada em caráter de urgência e aplicada somente aos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). Quanto aos demais servidores, inclusive ministros de tribunais, o assunto seria tratado em lei complementar.

Maciel lembrou que a Constituição americana é mais liberal e não estabelece limite de idade para aposentadoria dos membros da Suprema Corte, podendo o magistrado nela permanecer até sua morte, se não renunciar antes.

Comissão de Orçamento tenta votar hoje a LDO

■ Divergências entre base governista e oposição impediram que projeto fosse votado ontem

O acirramento de divergências partidárias ao longo do dia de ontem, quando governistas e opositores se bateram em quatro sessões extraordinárias da Câmara dos Deputados em torno de uma medida provisória, impediu que fosse votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Uma reunião chegou a ser aberta, à tarde, mas acabou adiada para a noite. No entanto, nem esta foi realizada, porque uma sessão do Congresso se prolongou até tarde. Nova reunião está convo-



ESFORÇO Gilberto Mestrinho manteve reunião aberta até a noite na tentativa de aprovar proposta

cada para as 10h de hoje.

Por mais de dez horas, os deputados da base do governo tentaram aprovar, no Plenário da Câmara, a medida provisória que abre crédito extraordinário para socorro a agricultores afetados pela seca na região Sul (MP 250/05). A oposição obs-

truiu, com sucesso, as seguidas sessões extraordinárias. Se fosse votada a MP, imediatamente seria lido requerimento que pedia a instalação da CPI da Câmara destinada a investigar a denúncia de compra de votos na aprovação da emenda constitucional, no governo passado, que introduziu a reeleição no Brasil. Com o funcionamento do Plenário, a Comissão Mista de Orçamento não podia funcionar.

Assim, por volta das 22h, o presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou reunião para a manhã de hoje, para tentar votar a LDO. O relatório do deputado Gilmar Machado (PT-MG) tem consenso para aprovação, mas a votação depende de acertos político-partidários, sem os quais algumas bancadas ameaçam com obstrução.

PDT só vota LDO se produtor rural for atendido

Osmar Dias (PDT-PR) anunciou ontem que o seu partido não votará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto o governo não anunciar publicamente as medidas em benefício dos produtores rurais, que organizaram na última semana um "tratoração" em Brasília.

Segundo o senador, por ocasião do movimento, represen-

tantes do governo anunciaram possíveis medidas de refinanciamento de dívidas contraídas pelos agricultores, não concretizadas, porém, até o momento.

O "tratoração" reuniu em Brasília, por cinco dias, mais de 20 mil produtores do país, principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Durante a manifestação, os produtores

bloquearam as pistas que dão acesso ao Congresso Nacional, gerando tensão na Esplanada dos Ministérios.

Entre as reivindicações apresentadas, os produtores querem mais facilidade para importar produtos químicos genéricos mais baratos de países do Mercosul e recursos para refinar dívidas contraídas com fornecedores.

Alberto Silva sugere criação de empresa para biodiesel

Assim como a Petrobras lida com o petróleo, seus derivados e toda a cadeia produtiva daí advinda, o mesmo poderia ocorrer com uma empresa voltada exclusivamente ao biodiesel – combustível que pode ser produzido a partir de óleos vegetais como soja, mamona, dendê e babaçu. A proposta foi apresentada ontem pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI).

– Podemos exportar bilhões de litros de biodiesel, inclusive porque o Protocolo de Kyoto [acordo internacional que visa reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa] garante ao país um grande mercado consumidor no exterior. O mundo precisa de combustível renovável, e o Brasil pode oferecê-lo em grande escala. Mas,

hoje, infelizmente, o projeto do biodiesel está sem dono.

Esse potencial exportador, segundo o parlamentar, deve ser resultado de uma cadeia produtiva que privilegie o pequeno agricultor, e não os grandes usineiros. Ele explicou que a empresa a ser criada seria responsável pela geração de emprego e renda no campo, pelo treinamento dos trabalhadores e, possivelmente, pelo gerenciamento das usinas de beneficiamento e produção do combustível.

– Se, por exemplo, para produzir biodiesel, utilizarmos 20% de um total de 10 milhões de toneladas de soja exportada, teremos, então, 2 bilhões de litros do combustível para vender ao exterior. Isso seria



CÁLCULO Segundo Alberto Silva, biodiesel gera mais recursos que a produção de soja

possível em três anos. E, devido ao valor agregado, resultaria em muito mais dinheiro do que o obtido com a venda de grãos.

Alberto Silva também afirmou que o PMDB vai apresentar ao governo federal um projeto de reparação de 3 mil quilômetros de estradas. A proposta prevê a criação de uma comissão especial, a ser comandada diretamente pelo presidente Lula.



VÍNCULO Para César Borges, Nordeste precisa de termelétricas, que dependem de gasoduto

César Borges critica adiamento de gasoduto

O adiamento da construção do Gasoduto do Nordeste (Gasene) foi criticado ontem pelo senador César Borges (PFL-BA). Ele lembrou que o Nordeste é deficitário em termos de matriz energética, e que por isso importa energia de outras regiões.

– Mas nem mesmo essa oferta é garantida em situações de crise, quando, por exemplo, os índices pluviométricos estão baixos. A solução para esses problemas são as termelétricas, que utilizam o gás como matéria-prima. Daí a importância desse gasoduto para o Nordeste.

O senador leu em Plenário notícias que atribuem diferentes razões para o adiamento. Em uma delas, a causa seria a crise política na Bolívia, país que fornece gás para o Brasil. Em outra, seria a redução na previsão da produção de gás do campo de Mexilhão, localizado em Santos (SP). Também se atribuiu o adiamento ao aumento dos custos previamente estimados – isso porque o projeto é uma parceria entre a Petrobras e a estatal chinesa Sinopec, e esta última teria aumentado o valor dos investimentos estimados para o empreendimento.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ministro de Minas e Energia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, apoiou o discurso e ressaltou que, “sem o Gasene, ou uma alternativa que venha a ser apresentada, o Nordeste ficará sem energia”. Ambos afirmaram que o governo privilegia o Sudeste em momentos de crise energética, fazendo com que o Nordeste permaneça “esquecido”.

Também em aparte, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que se convocassem representantes do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras para discutir a construção do gasoduto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Mozarildo: Roraima quer domínio sobre suas terras

■ A União e o Incra, conforme senador, dispõem de 91% das áreas, restando ao estado apenas 9%

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou ontem contra a estrutura fundiária do seu estado. Segundo informou, 91% das terras de Roraima são assentamentos, reservas indígenas e ambientais, restando ao próprio estado apenas 9% do território.

O parlamentar observou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que todos os bens federais em Roraima passassem ao domínio do estado quando este deixou de ser território. A sentença foi adotada em julgamento de causa movida pelo Ministério Público Federal



Fotos: J. Freitas

SENTENÇA Mozarildo lembra que há decisão do STF favorável ao repasse de bens da União ao estado

contra o governo de Roraima, que pretendia vender imóveis funcionais cuja titularidade era disputada pela União.

– Temos a figura esdrúxula de um semi-estado e semi-território – criticou o senador, afirmando que, apesar da decisão do STF, Roraima ainda

não tem a posse de todas as suas terras.

Mozarildo citou dados atribuídos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), segundo os quais, dos 22,3 milhões de hectares de Roraima, 9,6 milhões de hectares, ou seja, 43% do território, são ocupados por terras públicas federais. Outros 10,9 milhões de hectares, correspondentes a 49% do território, pertencem ao Incra. Para o senador, “a União não precisa possuir terras”.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lembrou que a ocupação territorial de Roraima é antiga, salientando que “há uma violência de apropriação, por parte da União, das terras devolutas do estado”. Papaléo Paes (PMDB-AP) disse que o Amapá sofre com os mesmos problemas, já que 57% de suas terras pertencem ao Incra.

Tuma destaca 20 anos de criação do Calha Norte

Ao registrar os 20 anos do Programa Calha Norte, criado em dezembro de 1985 pelo então presidente José Sarney, agora no senado representando o PMDB do Amapá, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apontou o acerto do atual governo ao priorizar o programa.

Tuma destacou que, “graças ao empenho dos parlamentares”, houve a ampliação dos recursos para o Calha Norte em 2005, que passaram de aproximadamente R\$ 20 milhões para mais de R\$ 235 milhões.

Segundo ele, muito pode ser feito pela Amazônia, desde que haja interesse do governo e liberação dos recursos programados. Até 1985, disse, não havia programa que levasse em conta a importância estratégica de ocupar a Amazônia.

O senador também alertou a Polícia Federal sobre a possível presença de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em território brasileiro. Tuma citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, em que o juiz federal



FOCO Tuma também alerta sobre possível presença de guerrilheiros das Farc na fronteira com Paraguai

Odilon de Oliveira, de Ponta Porã (MS), fronteira com o Paraguai, afirma haver “evidências” da atuação das Farc no treinamento de bandidos ligados a facções criminosas nacionais.

Antônio Leite defende Corredor Centro-Norte

A aprovação de projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir a região do complexo geoeconômico e social do Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento foi defendida ontem pelo senador Antônio Leite (PMDB-MA). O projeto (PLS 138/02), que tramita na Comissão de Constituição,



VISÃO Criação de corredor, afirma Antônio Leite, é o que falta para a concretização de sonho de JK

Justiça e Cidadania (CCJ), é de autoria do então senador Francisco Escórcio.

O objetivo da proposta é estimular o desenvolvimento integrado da área, com abrangência sobre os territórios do Maranhão, Piauí, Tocantins e Distrito Federal, além de partes de Goiás e do Pará. Antonio Leite disse que vislumbra na iniciativa a ação governamental que falta para completar a intenção do ex-presidente Juscelino Kubitschek de promover a interiorização dos investimentos públicos para induzir o desenvolvimento integrado do Brasil.



EXCELÊNCIA Para Sibá, ministra Marina Silva é a “grande porta-voz” da causa ambiental no Brasil

Sibá homenageia Marina Silva, indicada ao Nobel

O senador Sibá Machado (PT-AC) homenageou ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, uma das 52 brasileiras no grupo de mil mulheres de todo o mundo indicadas para receber, em conjunto, o Prêmio Nobel da Paz este ano.

Depois de resumir a história do prêmio e de seu criador, o inventor sueco Alfred Nobel, ele discorreu sobre a trajetória de Marina, desde seu nascimento, no Acre, até a nomeação para o Ministério do Meio Ambiente no atual governo.

Ao elogiar a indicação de Marina ao prêmio, o parlamentar destacou as lutas da conterrânea em defesa dos direitos humanos, contra a exclusão social e a fome, além de seu engajamento a favor do meio ambiente. Ele disse que Marina, “grande porta-voz da causa ambiental no Brasil”, projetou seu nome no plano mundial.

Sibá registrou que Marina nasceu em um seringal perto de Rio Branco, capital do Acre, ficou órfã de mãe aos 15 anos, e aos 20 teve os primeiros contatos com movimentos sociais e estudantis. Também lembrou que a atual ministra foi a vereadora mais votada em 1988 na capital acreana, chegou à Câmara Federal em 1990 e ao Senado em 1994, sendo reconduzida a esta Casa em 2002, de onde se licenciou para assumir a pasta do Meio Ambiente.

O primeiro vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), elogiou as palavras do colega e informou que a Casa enviará à ministra cópia do discurso.

Sobre Nobel, Sibá disse que foi detentor de mais de 350 patentes, fundou empresas e laboratórios em 20 países e, ao morrer, deixou uma grande fortuna para a criação do prêmio.

Motta cobra indenização para agricultor

Uma indenização para o agricultor Daniel Souza de Carvalho foi reclamada ontem pelo senador João Batista Motta (PMDB-ES) ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Motivo: a destruição, pela Delegacia Federal da Agricultura (DFA), dos 70 mil pés de mamão que o produtor cultivava no norte do Espírito Santo.

Segundo Motta, o Ministério da Agricultura, que fiscaliza as culturas vegetais de valor econômico no estado, reconheceu o erro. Tanto que, depois de processo administrativo disciplinar, demitiu os fiscais que atuaram no caso. Apesar disso, observou, o agricultor ainda não foi indenizado.

– Hoje, esse produtor, vítima de fiscais federais que atuaram certamente para atender a interesses escusos, vive de favores de amigos e luta para buscar junto ao ministério a reparação dos prejuízos – lamentou.

Para Motta, é inaceitável que



CULPA Segundo Motta, Ministério da Agricultura reconhece erro de fiscais ao destruir a lavoura do produtor

o ministério reconheça a culpa, mas se dirija ao agricultor prejudicado dizendo a ele que vá procurar a Justiça para receber o que tem direito. O ministro Roberto Rodrigues, observou o senador, não pode concordar com a decisão de escalões inferiores de sua equipe, sob pena de “o fato macular sua biografia”.

Motta assegurou que a erradicação da lavoura do agricultor foi feita de forma totalmente ilegal. Afirmou ainda que Carvalho construiu seu patrimônio sem se sujeitar ao grupo que controla a atividade da mamocultura no Espírito Santo nem se tornar dependente de associações para vender seu mamão.